

De residência permanente a casa de campo. Transformações da Casa Nobre na segunda metade do século XIX: a Casa de Mateus e a Casa da Ínsua

Ana Mota Veiga¹ e José Aguiar

CIAUD – Centro de Investigação de Arquitectura, *Urbanismo e Designa*

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

anaveiga.a@sapo.pt, jaguiar@fa.ulisboa.pt

Resumo

A Casa Nobre da província foi residência permanente ao longo de várias gerações. A determinado momento, mudanças sociais e familiares levam à sua transformação em residências temporárias ou sazonais. Não obstante de permanecerem nas mãos das mesmas famílias, a partida dos seus donos para as grandes cidades ou para o estrangeiro mudaram o rumo do seu uso e da sua conservação.

Procura-se detectar alguns momentos chave desta mudança – construtivos e sociais -, apresentando dois casos que exemplificam esta problemática: a Casa de Mateus, em Vila Real e a Casa da Ínsua, em Penalva do Castelo, Viseu. Ambas se situam na proximidade de duas capitais de província, a de Trás-os-Montes e a da Beira Alta, e ambas se relacionam por terem sido vinculadas a antigos morgados e por terem permanecido conservadas nas mesmas famílias até hoje.

Palavras chave: Casa Nobre, morgadio, Casa de Mateus, Casa de Ínsua.

Abstract

Province Noble Houses were permanent residence over several generations. At one point social and familiar changes lead to its transformation into temporary or seasonal residences. Nevertheless to remain property of their original families, owners departure to important cities or abroad changed the course of their use and conservation.

This study focus is to detect some key moments of this change - building and social - by presenting two cases that exemplify this problem: Casa de Mateus, in Vila Real and Casa da

¹ Bolseira de Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia, referência SFRH/BD/86023/2012.

Insua in Penalva do Castelo, Viseu. Both are located near two provincial capitals, Tras-os-Montes and Beira Alta, and both are related for being linked to former morgados (entails) and have remained preserved in the same families until today.

1. Nota introdutória

A sazonalidade da habitação na Casa Nobre relaciona-se com as conseqüentes transformações arquitectónicas e paisagísticas do seu interior e da sua envolvente. Numa leitura histórica contínua e contextualizada, procura-se responder às questões do porquê, quando e de que forma decorreu esta mudança (ou mudanças) de residência principal familiar para residência secundária ou sazonal, em que mesmo mantendo a produção agrícola, se transformarão em Casas de Campo, não só pela sua localização (no campo) como também pelas novas características formais, funcionais e paisagísticas que adquirem.

Os exemplos apresentados, a Casa de Mateus e a Casa da Ínsua exemplificam parte desta problemática, semelhantes na particularidade de serem ambas grandes casas outrora vinculadas a morgados, cujas famílias nelas fizeram a sua residência principal até ao final do Antigo Regime. Após as guerras Peninsular e Civil e já na 2ª metade do século XIX as alterações dos últimos administradores após a extinção dos vínculos (1863) alteram significativamente a sua envolvente paisagística, assim como, e por consequência, a sua representatividade na comunidade onde se inserem.

Cruzam-se momentos construtivos com momentos sociais da história das casas e dos seus residentes, procurando reflexos dos comportamentos sociais na materialização das atitudes construtivas adoptadas. Analisam-se dois casos semelhantes, no desvio das estradas principais, anteriormente tangentes às casas, alterando a relação da propriedade privada com o espaço público e com sua envolvente paisagística próxima - agora privada -, sendo os impactos destas alterações ainda hoje reflectidos na paisagem cultural onde se inserem e na forma como “vemos” a sua arquitectura.

2. Constituição da propriedade fundiária e vinculação patrimonial do século XVII

Ao longo do século XVII e antes do início das grandes empreitadas construtivas do século XVIII, verifica-se a intenção das duas famílias (a Botelho Mourão da Casa de Mateus, e a

Albuquerque da Casa da Ínsua) no lançamento das bases para a constituição de uma propriedade fundiária de maior escala. Até então, seria comum que vários dos seus membros possuíssem terras próximas ou até contíguas umas das outras, onde se implantariam as residências dos diversos núcleos familiares. A gestão deste património familiar era assim mais atomizada e da responsabilidade do senhor ou senhora de cada uma das casas, na qualidade de herdeiro de sangue ou comprador. Nos casos apresentados, é a partir do século XVII que se dá a mudança na gestão deste património, convergindo desde então todo o esforço para a sua acumulação e concentração num único e eleito administrador: o morgado.

Datam do século XV os mais antigos documentos conhecidos e relativos à Casa de Mateus, de 1488² conforme refere Vasco Graça Moura e à Casa da Ínsua, de 1475³ como refere Camões de Vasconcelos, e que remetem para a data possível do início da fixação familiar ao local. Só mais tarde, a partir do século XVII se iniciará a vinculação do património familiar em capelas e morgados, garantindo assim a sua indivisibilidade ou venda. Rapidamente, e também recorrendo a casamentos endogâmicos (entre membros da mesma família próxima), estes vínculos dispersos convergem por herança para um único administrador deste património crescente.

Abreviadamente, e em relação a Casa de Mateus: em 1624 é instituída a Capela de Nossa Senhora da Esperança na Cumeeira (por Diogo Álvares Mourão); em 1641 é instituída a capela de Nossa Senhora dos Prazeres a que se vincula a primeira casa de Mateus (pelo Dr. António Álvares Coelho)⁴; em 1655 são adquiridas as chamadas casas da adega, ao lado da casa de Mateus; em 1675 é instituída a capela de Nossa Senhora da Conceição na Igreja de S. Pedro de Coimbra (pelo Dr. Matias Álvares Mourão e o irmão Dr. Diogo Álvares Mourão); em 1691 é constituído o morgado de Arroios (Dr. Cristóvão Álvares Coelho).

Será no terceiro morgado de Mateus, António José Botelho Mourão (1688-1746), que irão convergir vários vínculos instituídos no século XVII, tornando-se o senhor e administrador dos morgados de Mateus, Cumeeira, Arroios e Sabrosa. Foi também durante a sua administração que se iniciaram as grandes obras de ampliação da Casa de Mateus, constituindo esta família um importante património composto por várias terras vinculadas em morgados e capelas, convergindo igualmente a sua representação num só edifício: a Casa de Mateus.

² MOURA, 2008:11.

³ VITERBO, 1799:95. Referida uma carta de venda existente na Casa da Ínsua de Penalva datada se 1475.

⁴ ALBUQUERQUE, 2005:35-36.

Na Casa da Ínsua, igualmente abreviada, a vinculação do património familiar terá a seguinte cronologia: em 1481 é instituída a capela de Nossa Senhora da Encarnação⁵ em Casal Vasco (por Luís de Cáceres), tendo passado para Luís Albuquerque após 1755; em 1538 é instituída a capela de Santo António na Quinta do Outeiro, em Penalva do Castelo (por Diogo de Albuquerque, vindo da Índia); em 1548 é instituída a Capela de Jesus, na antiga igreja paroquial da Lousã (pelo Padre João de Melo e Cáceres, demolida em 1875).

Será com Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797), uma geração mais tarde do que na família Botelho Mourão, que se irá concentrar a administração dos vínculos de Casal Vasco, dos Melos da Lousã, da Ínsua e da Horta, iniciando-se igualmente as primeiras obras de transformação da casa da Ínsua incluindo ampliação e a aquisição de bens móveis.

3. Construção ou ampliação da residência familiar: da Restauração às invasões francesas

À acumulação de bens fundiários e à estabilização da gestão do património familiar num só administrador, segue-se a fase construtiva (ou reconstrutiva) da residência principal. Essa primeira habitação, de características medievais e construída na pré-ocupação espanhola, será a base para a futura grande casa - “cabeça de morgado” -, concentrando-se todos os esforços de aparato na sua transformação, materializando o estatuto e a riqueza familiar alcançado.

Procurando estabelecer um período temporal de enquadramento para esta fase construtiva, balizamo-la entre a Restauração (1640) e o início das invasões francesas (1801), sendo que terá maior expressão no segundo e terceiro quartel de setecentos. Nos casos analisados, e apesar das grandes transformações na forma, no volume e na decoração arquitectónica, a opção é a da reconstrução de um edifício existente em detrimento da construção de raiz em diferente local de implantação.

Na Casa de Mateus as grandes obras de ampliação iniciam-se logo após a vinculação do património em morgado e coincidem com a entrada da família para a nobreza de corte por via do casamento do então morgado D. Luís António com D. Leonor de Portugal, realizado durante a segunda metade do século XVIII e que lhe irão conferir a sua actual aparência. Conforme observa Carlos de Azevedo, em termos arquitectónicos e tal como na generalidade

das casas nortenhas portuguesas, também em Mateus se dá «um verdadeiro salto do gótico para o barroco»⁶ por cima do Renascimento. A primeira grande remodelação terá ocorrido por volta de 1743, seguindo-se a construção da capela (1746-1750), estando o conjunto concluído em 1798, conforme o desenho da planta da casa executado nessa mesma data⁷.

Na Casa da Ínsua, a sua evolução arquitectónica terá sido posterior e mais contida, permanecendo até final do século XVIII a sobriedade seiscentista e a sua dimensão compatível à fidalguia de província.

Em 1827, D. José Trazimundo, Marquês de Fronteira, nela se aboleta descrevendo-a como a «casa de campo de João de Albuquerque», sem referir os seus elementos caracterizares arquitectónicos que hoje conhecemos, sugerindo nada ter de interessante a apontar neste edifício, concentrando-se na grandeza da «casa de campo» dos Condes da Anadia em Mangualde, na sua baixela, na sua iluminação e na forma como foi recebido durante a sua estadia militar⁸. Causa estranheza a ausência do detalhe escrito da Casa da Ínsua, sendo o Marquês de Fronteira tão minucioso nas suas descrições sociais e arquitectónicas, fazendo questionar que parte das obras que lhe conferiram o seu actual aspecto, tenham sido realizadas após esta data - das guerras liberais -, e na entrada da segunda metade do século XIX.

a) Da permanência ou sazonalidade residencial

Em Mateus, é relatada em 1758 a existência dos pináculos da cobertura, supondo estar também concluída a esta data a fachada voltada a Poente.

Ao momento, o morgado e a sua família residem no Porto, local de nascimento do primogénito D. José Maria, e apesar das grandes obras, a Casa de Mateus não terá sido residência familiar desde então. Na análise da história da família, confrontando os nascimentos e as mortes, aponta-se a seguinte cronologia: o terceiro morgado, António José Botelho Mourão casa em 1721 com a herdeira da casa de Moroleiros, em Amarante, onde em 1722 nasce o seu filho, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão. Ao enviuvar, em 1723, entrega o seu filho aos cuidados dos avós maternos. Será em 1746, data da sua morte, que o

⁶ AZEVEDO, 1968:68.

⁷ Plantas do piso térreo e piso nobre existentes no Arquivo da Casa de Mateus, desenhadas pela mão de D. José Maria.

⁸ FRONTEIRA, 1928-32:136.

seu filho, então com 24 anos, se tornará no quarto administrador dos vínculos referidos. Cerca de 1743 relata-se a primeira descrição das obras da casa e a capela será terminada em 1750 pelo seu filho D. Luís António. Assim, as obras da grande casa terão sido realizadas por um (aparentemente) solitário viúvo com um único filho, não sendo por isso, e apesar da sua dimensão, uma “Casa de Família” ou para a sua família. Após o seu casamento em 1756, D. Luís António residirá no Porto onde nasce o seu filho D. José Maria, tendo seguidamente partido para o Brasil assumindo o cargo de Governador da Capitania de São Paulo (de 1765 a 1775). A sua mulher e os seus filhos, terão permanecido em Lisboa de forma permanente, mesmo após a sua chegada da missão no Brasil, quando se retira solitário para Mateus, onde reside até à sua morte em 1798.

Na casa da Ínsua, a sua história construtiva e familiar é menos documentada. As publicações genealógicas como Felgeiras Gayo, Alão de Moraes e outros, referem vários nomes de nascidos e residentes na casa, reflectindo que até finais de XVII terá sido palco estável de residência de um ou mais ramos familiares. Admite-se porém que os vínculos nem sempre tenham sido transmitidos de pai para filho, pois Luís de Albuquerque (1739-1797) seria o senhor da casa ainda em vida do seu pai, que o substituirá na sua ausência e durante a sua estadia no Brasil como Governador da Capitania de Mato Grosso. No entanto, admite-se que tenha sido residência permanente até cerca de 1780, data estimada da morte de Francisco de Albuquerque, e que desde essa data, nenhum dos seus administradores nela terá residido de forma permanente até ao último morgado, já no final do século XIX.

4. O abandono das quintas nas guerras da primeira metade do século XIX

Inicia-se o século XIX com ambas as residências desabitadas, ou sem que nelas residam de forma permanente os seus senhores. Como referido, à data da morte dos últimos e solitários administradores, já as suas famílias próximas se teriam fixado nas grandes cidades de Lisboa e Porto.

Em Mateus, o último morgado residente, Luís António Botelho Mourão, morre em 1798 após vários anos de vida solitária na sua quinta, para onde se retira em 1775 recém regressado do Brasil. Desde a partida como Governador da Capitania de São Paulo, em 1765, que a sua mulher D. Leonor de Portugal se instalara em Lisboa, sua cidade natal, possivelmente para

uma maior proximidade da família, da corte e da sua vida social. O seu filho mais velho, o futuro morgado D. José Maria, segue a carreira diplomática no estrangeiro, fixando-se em Paris. O seguinte morgado, o seu filho D. Luís António, órfão de mãe, é educado pela avó em Lisboa, cidade onde nasce, casa e reside até à partida para missão diplomática no estrangeiro, seguindo os passos do seu pai. Durante este longo período de ausências, a Casa de Mateus não é gerida directamente pelos seus morgados, nem é a principal (ou efectiva) residência familiar.

Na Casa da Ínsua, é Francisco de Albuquerque o último administrador (em nome do seu filho) residente na casa antes do final do século XVIII. Desde 1772 que vê os seus filhos partirem, data em que Luís de Albuquerque embarca para o Brasil onde assume o cargo de Governador de Mato Grosso, sendo seguido e substituído pelo seu irmão em 1789⁹. O seu filho mais novo, que seguirá na administração da casa após a morte dos seus irmãos, fixa-se no Porto para o exercício da função de desembargador, e será este o ramo familiar que administrará a casa até hoje, permanecendo de forma estável na sua residência urbana da cidade do Porto.

Partindo de Vila Real para Lisboa e de Penalva do Castelo para o Porto, será nestas cidades que as famílias administradoras irão residir permanentemente desde finais do século XVIII, passando temporadas sazonais ou períodos de maior instabilidade política e social nas suas quintas, como descrito seguidamente.

a) As invasões francesas e a fuga para as cidades

A eminência da invasão francesa encaminha para a cidade parte da população da província, em busca de protecção. Após o medo, a concretização de que a primeira década de oitocentos terá sido um período de grande destruição e saque, principalmente nas rotas das três invasões consecutivas.

Pela correspondência analisada, percebe-se a turbulência deste período em Mateus, tendo tomado proporções mais graves na segunda campanha. O abandono da gestão casa como o resultado do medo da invasão militar eminente e a fuga da população local reflecte-se na carta

⁹ Luís de Albuquerque, herdeiro do vínculo, terá delegado no seu pai a administração da casa no tempo que durou a sua estadia no Brasil. No seu regresso, em 1789, pouco tempo residiu na Ínsua pois terá partido para Lisboa para o exercício de novas funções que duraram até à sua morte, em 1797.

que José Alvares Pereira Leite, envia de Mateus para o Principal Sousa, a 29 de Abril de 1809:

Nada lhe posso dizer da Caza de Matheus por q. a perto de hum anno ocuparao e vi(?) dizer desde q. (?) D. José Luiz la não tornei a entrar mas os seus administradores terão hus ajudado. (...) Nesta V.^a já não estão senão as cazas porque os seus habitantes todos tem fugido cada hum onde pode com suas familias cendo o q. tem acontecido na disgradada Provincia do Minho especialm.te naq.^a de Amarante onde da (?) de alem da ponte onde ainda (?) ao malditos francezes tendo reduzido tudo a cinzas, (...).¹⁰

Na descrição, é referida a ocupação da casa em meados de Junho 1808, data coincidente com a criação da Junta Provisional do Governo da Comarca de Vila Real, podendo nessa data ter tido uma utilização prática na «revolta política contra o invasor francês e na «revolta social contra os grandes»¹¹ como refere Vasco Pulido Valente. Por esta altura, o morgado reside em Paris e o seu único filho e futuro morgado José Luís reside em Lisboa onde se casará em 1811. De igual modo, é também referido que desde essa data e até 1813 a família não terá recebido qualquer contribuição de Mateus em virtude da guerra¹² ou da sua possível ocupação, causando uma quebra ou paragem da produção agrícola e demonstrando igualmente a sua ausência no uso residencial.

Na Casa da Ínsua, a passagem da terceira invasão comandada pelo General Massena terá tido a pernoita na vizinha Casa dos Pais do Amaral, em Mangualde, tendo sido nas terras de Penalva do Castelo que a população de Mangualde se refugiou em fuga aos franceses. Os senhores da casa estariam por certo no Porto, sua residência permanente e onde em 1803 terá nascido o filho varão e herdeiro João de Albuquerque, neto do General Forbes que partira com a corte para o Brasil, em 1807 e onde posteriormente morrerá.

b) Das guerras liberais

Seguem-se as guerras liberais, sendo novamente ambas as casas palco de movimentações sociais e militares, bem como do regresso dos seus senhores¹³. Em pleno vintismo e recém

¹⁰ Torre tombo, Condes de Linhares, mç 88/27.

¹¹ VALENTE, 1979:26 «(...) embora a iniciativa partisse das massas, a direcção do levantamento de Junho passou rapidamente para as mãos dos senhores, quando estes perceberam que só tomando claramente partido contra Junot poderiam garantir o seu lugar no mundo e evitar (ou deter) «perturbações sociais perigosas.»

¹² MOURA, 1008:61.

¹³ FRONTEIRA, IV 1928-32:238. Nas suas memórias, o Marquês de Fronteira refere que durante o cerco do Porto, desembarcadores, autoridades e membros da Companhia de Vinhas do Alto Douro saem da cidade e vão para Lamego. Será provável que João de Albuquerque e a sua família tenham também ido para a sua casa na Ínsua.

chegado do estrangeiro, D. José Luís instala-se com a sua família em Mateus, onde residirá por um período curto de cerca de um par de anos. Como militar, participa activamente na guerra civil, partindo posteriormente para novas missões diplomáticas que o obrigarão a residir no estrangeiro até à sua morte, em 1855¹⁴.

Já referido, em 1827 o Marquês de Fronteira aboleta-se na Casa da Ínsua durante o seu trajecto militar para o Norte do País, inserido numa força militar e encontrando ali «a retaguarda do inimigo que retirou depois de pequeno tiroteio». Dessa breve estadia, refere que lá estariam hospedados João Albuquerque - o então senhor da Casa -, juntamente com a sua mãe e duas irmãs, apoiantes da retaguarda absolutista. Sem detalhes arquitectónicos, na sua breve descrição aplica-lhe o adjectivo de «casa de campo», sugerindo a sua então ocupação sazonal.

Na mesma descrição, refere o seu aboletamento na casa dos Pais do Amaral, em Mangualde, numa recepção com cinquenta hóspedes em excelentes quartos e num jantar com muito luxo, «como na Europa», destacando os seus jardins como os das residências aristocráticas de França, Alemanha e Inglaterra¹⁵, e acrescentando que esta «era a única casa de campo em Portugal que tinha baixela, louças maravilhosas e vinhos deliciosos.»¹⁶. Destas descrições tão desiguais, nota-se que a casa da Ínsua não teria ao momento a importância local e social que mais tarde - e ainda hoje - lhe é atribuída.

Na revolta contra os Cabrais, a Casa de Mateus assume de novo um lugar de destaque local, com D. Fernando - sétimo e penúltimo morgado, nascido em 1815 em Madrid e posteriormente educado em França -, a presidir a junta governativa revolucionária de Vila Real, em 1846, sendo mais uma vez a sua Casa de Mateus o palco da concentração dos populares, «armados de chuços»¹⁷ e prontos para lutar. Apesar desta breve passagem, não consta que a família nela residisse de forma estável e permanente.

Desde 1898 e até ao fim das guerras da primeira metade de XIX, que nenhum familiar nasce, reside ou morre na Casa de Mateus, habitada por breves passagens periódicas e politizadas, tendo uma administração à distância, mais focada no recebimento dos proveitos da produção

¹⁴ MOURA, 1008:75.

¹⁵ FRONTEIRA, III 1928-32:132-34.

¹⁶ FRONTEIRA, V 1928-32:66-67.

¹⁷ MOURA, 2008:80.

agrícola do que no usufruto espacial e arquitectónico. O mesmo ocorre na Casa da Ínsua, onde a ausência de nascimentos e mortes denuncia a inexistência de um uso permanente.

5. Renovações arquitectónicas e paisagísticas do pós-guerra na segunda metade do século XIX: o último morgado.

Na sequência dos pós-guerra e das novas políticas liberais, são extintos os vínculos em 1863, tendo os morgados e as capelas um último administrador, sendo a posterior sucessão patrimonial regulada pelo novo Código Civil de 1864. É após o acalmar do conturbado período de guerra e já perto desta transformação legal, que os últimos morgados de Mateus e da Ínsua farão grandes obras de requalificação das suas casas, fieis ao romantismo da época e dedicando-se também ao arranjo dos jardins envolventes.

Em Mateus, D. José Luís (1843-1923) - oitavo e último morgado da casa -, será o responsável pelas obras de remodelação que a tornarão sua residência e onde viverá por vários anos.¹⁸ A sua grande alteração paisagística, será o desvio da estrada principal Arroios-Vila Real que da passagem pela frente da casa se desloca para nascente, permitindo assim murar a propriedade - até então dividida pela via pública -, libertando a envolvente do edifício principal para a inserção dos futuros e amplos jardins. Na Casa principal, dão-se algumas alterações procurando o conforto, como a inclusão de fogões de sala, a readaptação dos quartos, a colocação de vidraças nas alas poente ou outras alterações decorativas como as varandas em cantaria de pedra. Também o volume da fachada se altera, tal como o da confrontante Casa da Adega que se amplia, sendo também nivelado e regularizado o pátio Norte, conferindo um enquadramento mais regular à capela localizada ao eixo visual do terreiro. Numa representação de Anselmo Braancamp (em 1854) estas “casas da adega” encontram-se em ruínas e de tamanho mais reduzido, confrontando com um serpenteante caminho que contorna a capela pelo seu lado esquerdo na direcção nascente. Numa outra gravura do alçado poente, datada do século XVIII¹⁹, é sugerido um caminho público regular e ao eixo de entrada da capela. A análise dos dois desenhos sugere que o caminho inicial possa ter tido o sentido nascente-poente, passando entre a capela e as casas da adega²⁰, localizado de forma paralela e oito metros a sul da actual estrada. Mais corrobora esta hipótese, a referencia de que as “casas

¹⁸ MOURA, 2008:84.

¹⁹ Arquivo da Casa de Mateus.

²⁰ Arquivo da Casa de Mateus.

da adega” dariam originalmente para um caminho público, hoje desaparecido. Mais do que a sua localização exacta, importa realçar a sua deslocação, libertando o terreno próximo à casa, tornando privada e condicionada toda a envolvente residencial e permitindo o desenvolvimento dos futuros jardins de contemplação.

Até ao momento não foi possível encontrar documentos que comprovem a data desta alteração, nem existem referências a este facto no arquivo particular da Casa de Mateus. Coloca-se a hipótese de ter sido após 1854, data dos desenhos de Braancamp, após 1858, data da morte de D. Fernando e antes da data do casamento do seu filho D. José Luís com D. Teresa, 2ª Condessa de Melo, em 1867, tendo sido plantados os dois cedros em frente do alçado principal em 1870, sugerindo o início da composição de um exterior privado. Nas memórias do Marquês de Fronteira, é referido que para o seu casamento foram realizadas obras na sua quinta em Loures e no palácio de Benfica, preparando ambas as residências para receber a noiva. Refere também que o seu pai, terá realizado obras de remodelação no mesmo palácio antes de se casar com a sua mãe²¹. Esta descrição reflecte como seria habitual nestas famílias e neste contexto social a remodelação das quintas, casas ou palácios para receber o novo casal de senhores, marcando o início de uma nova “fase” familiar.

Na Casa da Ínsua, as mudanças do pós-guerras coincidem com a entrada da família de D. Camila Ribeiro de Faria, enviuvando após um breve casamento de oito anos com João de Albuquerque (de 1852 até 1760) e do qual terá nascido o último morgado da casa: Manuel de Albuquerque. Seria uma «senhora da alta sociedade portuense, viajada e apreciadora da arte e dos jardins»²², sendo o jardim privado da sua casa do Porto projectado por Émile David, o mesmo arquitecto paisagista que desenhou outros emblemáticos jardins da cidade, como o do Palácio de Cristal, o da Cordoaria ou o do Passeio Alegre²³. Será em 1859, que inicia a reconstrução da sua residência urbana no Porto²⁴, um ano antes da morte do marido, prosseguindo as obras sozinha, conforme atesta a licença da Câmara Municipal do Porto (solicitada apenas seis meses depois da sua viuvez), para a construção do muro e do portão, resguardando o jardim²⁵.

²¹ FRONTEIRA, I 1928-32:220.

²² GRAÇA, 2002:198.

²³ GRAÇA, 2002:199.

²⁴ Arquivo Municipal do Porto, Licença de obra n.º156/1859.

²⁵ Arquivo Municipal do Porto, Licença de obra n.º486/1860.

O enquadramento social e cultural deste casal cosmopolita, viajado e envolvido na corrente romântica da época difere da anterior descrição do Marquês de Fronteira sobre a mesma família, aquando o seu aboletamento na casa da Ínsua, descrevendo as senhoras (mãe e irmãs de João Albuquerque) como de moda «estacionária» e muito pouco viajadas. Este detalhe de enquadramento importa ao entendimento da metamorfose da casa após a morte de João Albuquerque, durante a administração de D. Camila em representação dos seus filhos menores de idade, e mais tarde pelo seu filho Manuel de Albuquerque, último morgado.

Nos arranjos paisagísticos, dos quais possuímos a datação dos elementos vegetais e decorativos, verifica-se uma primeira fase de intervenção no terreiro a sul, na plantação da japoneiras e da magnólia nos anos 40 do século XIX. Os buxos do mesmo jardim seriam acrescentados em 1856, data provável do seu desenho ao estilo francês, chamando-se «jardim de baixo» por se localizar a sul da casa e separado desta pelo caminho público. Da mesma data é a “rua dos buchos”, um alinhamento recto com cerca de 300 metros ligando o portão da meia-laranja (o mais elaborado de todo o conjunto) à fachada de trás das cavaliças²⁶, posterior ao pátio central da casa principal. Numa descrição de Manuel de Albuquerque, é referido que este alinhamento recto de bucho com abóbada teria sido plantado em 1775²⁷, data que se aproxima da plantação dos altos ciprestes que delimitam toda a propriedade e que nos remete à autoria de Francisco Albuquerque, avô de João.

Será no final do século XIX que irão intervir na Casa da Ínsua dois artistas italianos, o arquitecto ceramista Nicola Bigaglia e o pintor ceramista Leopoldo Battistini, dispersando pela quinta elementos escultóricos e arquitectónicos que marcam os seus pontos mais importantes. Entre 1894 e 1898 Bigaglia assina o chafariz do terreiro e os vários portões, trabalhando também nos interiores da casa, como nos painéis cerâmicos da sala de jantar (de 1897) e da lareira da sala norte (de 1902), ou a lareira do salão nobre (de 1899) e o seu pavimento de madeira (de 1905), executando juntamente com Battistini, os azulejos da capela (de 1895 e colocados em 1901). Nos exteriores, desenha a casa do guarda-mata, uma das construções que animam o jardim romântico, incluindo uma presa com caiaques de recreio na margem do rio Coja.

O gosto medievalista sente-se no conjunto edificado da quinta da Ínsua: a presença dos duplos torreões ameados, das cocheiras, da pequena muralha lateral e dos canhões, que lhe conferem

²⁶ <<http://www.casadainsua.pt/UPLOADS/HISTORIA/ROTEIROS/07%20Casa%20da%20Insua%20Roteiro%20Jardins.pdf>>. [Acedido em 10/09/2013].

²⁷ VITERBO, 1909. Transcrição de carta de Manuel de Albuquerque, datada de 1909.

o ambiente revivalista de tempos passados. Como na Casa de Mateus, o conforto interior não foi esquecido e o edifício principal é dotado das lareiras decoradas já referidas. No salão sul, o novo pavimento desenhado por Bigaglia sugere ter resultado da junção de vários compartimentos, alterações arquitectónicas e decorativas que se reflectem noutras divisões, como nas duas saletas a Norte forradas com os papeis da Casa Zuber e cujos desenhos recriam as paisagens da Escócia e do Vale do Ródano, do mais requintado gosto europeu.

Apesar da quinta produzir vinho para consumo próprio desde 1856²⁸, será o último morgado que a transformará numa grande propriedade de produção agrícola, de azeite, vinho e frutas²⁹ nela residindo de forma permanente, cuidando da sua gestão e manutenção, tornando-a num dos principais pontos de inovação da região, dotada das mais recentes novidades tecnológicas, como por exemplo a produção de electricidade e gelo.

Chegamos ao final do século XX, com os dois últimos morgados - de Mateus e da Ínsua - a realizarem obras nas suas casas para que se tornem actuais, confortáveis e requintadas, instalando-se e nelas residindo permanentemente. Muram as propriedades, condicionaram a entrada com novos portões e criam no seu interior condições para as alterações paisagísticas que lhes conferirão a imagem e as características de hoje. Retomam a actividade agrícola e envolvem-se ambos na Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, na nova fase de «consolidação» em 1861³⁰, devolvendo às propriedades o carácter produtivo de sempre.

6. Renovações paisagísticas da segunda metade do século XX

A segunda metade do século XX será o momento definitivo na mudança do rumo da gestão de ambas as casas. Apesar da extinção dos vínculos em 1863, alterando a transmissão dos bens, ambas as famílias permanecem na transmissão e conservação do património no seu todo.

Na Casa de Mateus, será criada nos anos 70 uma Fundação com o objectivo da gestão da casa e do património familiar. A partir dos anos 30, os jardins tornam-se uma prioridade, e é por

²⁸ Data da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, na altura com o nome de Companhia Geral da Agricultura.

²⁹ FERREIRA, 1915:397-400.

³⁰ NUNES, 2004:138.

esta data, que se plantam a nascente e em diferentes patamares os jardins de buxo, o túnel de cedros, e que se constróem os tanques. Nos anos 60/70, é requalificada a paisagem poente, alterando-se a localização do portão principal com o desenho de um novo acesso sucedido por um grande lago frontal à casa principal, reflectindo-a. Os arranjos exteriores agora acolhem e redireccionam o visitante para os vários socalcos ajardinados, e para uma posterior entrada condicionada no edifício, com limitações próprias da sua antiguidade impedindo um grande fluxo de visitas simultâneas. Os jardins desenvolvem-se a nascente e a poente, estruturando o eixo do conjunto.

Será também no início dos anos 30 a significativa alteração paisagística da Casa da Ínsua, com o desvio do caminho público tangente ao alçado sul, permitindo a aproximação do jardim francês e de todo o patamar adjacente para o uso privado da casa. Adossado à mesma fachada sul, implanta-se um tanque longitudinal, que como na Casa de Mateus enfatizará e duplicará o alçado principal no seu reflexo. A casa cerca-se e fecha-se sobre si própria, afastando-se do percurso público, isolando-se e permitindo apenas a entrada condicionada na propriedade.

De casas de «beira de estrada», a Casa da Ínsua e a Casa de Mateus tornam-se casas cercadas e recolhidas entre jardins, muros e vegetação, com entrada e vista condicionada. Actualmente distanciam-se na gestão da sua conservação, em Mateus são requalificados os seus jardins, criando condições para a recepção de visitantes à casa, na Ínsua requalifica-se o edifício melhorando a sua capacidade de receber hóspedes enquanto unidade hoteleira. Em ambos os casos, a prioridade foi a abertura à comunidade e a rentabilização com vista à sua conservação, e não sendo residências permanentes, garantem à família a utilização parcial e sazonal, permanecendo (por enquanto), o “vínculo” histórico-familiar à propriedade e ao edifício.

7. Considerações finais

Ao longo dos quatro séculos analisados, de XVII a XX, verifica-se algum paralelismo na permanência e na ausência da habitação de ambas as casas, bem como na sua função de residência principal ou secundária, não obstante da sua função agrícola ser perene e transversal ao tempo e aos tempos das famílias que as ocupam ou gerem.

O percurso é iniciado no século XVII após a Restauração, na constituição de propriedades fundiárias de maior escala, e na instituição dos morgados focados numa gestão pré-definida e

“para todo o sempre”. A noção de perenidade ditará o rumo desta conservação e desta missão. A acumulação de terras demorará algumas gerações e mais do que na compra, será baseada em alianças matrimoniais entre parentes próximos, potenciando a acumulação e evitando as dispersão patrimonial por diferentes famílias.

À constituição do património fundiário, segue-se a fase construtiva do século XVIII, sucedendo aos primeiros morgados “de toga” os morgados com funções e cargos militares, responsáveis pelas grandes alterações arquitectónicas. Em ambos os casos, os morgados assumirão temporariamente cargos militares no Brasil, não tendo esta ausência desacelerado as obras geridas pelos seus familiares administradores. Percorre-se todo o século sem que a família habite estas moradas de forma permanente e completa, deslocando-se para Lisboa e Porto, excepto os seus solitários administradores.

No início do século XIX estão ambas as residências desabitadas, seguindo-se graves momentos de instabilidade provocada pelas guerras. As famílias residem na cidade e a gestão da propriedade é feita ao longe ou entregue a administradores locais, sendo as visitas temporárias ou sazonais, alternando com a cidade em períodos de maior turbulência política ou militar.

Será na segunda metade de XIX, em período de paz e de romantismo que se dará o retorno a “quinta” e ao “campo”, contrariando as novas políticas liberais no pelo renascer do esplendor das casas com novas obras e arranjos paisagísticos, lembrando o “canto do cisne” antes do fim. E serão estes últimos (e legais) morgados e as suas famílias os também últimos residentes, dotando-as da modernidade e do conforto necessário a uma vida permanente, dedicando-se ao progresso agrícola, não descurando o lazer.

Uma particular alteração urbanística será necessária para a alteração desta vivência, no desvio das principais estradas que tangem as casas, um factor essencial para que possam desenhar os novos jardins privados em torno de toda a residência, murar a propriedade e condicionar o acesso livre da comunidade.

No século XX a gestão seguirá um novo rumo, mantendo-se no entanto a utilização parcial e sazonal familiar em ambas as casas, e a propriedade na mesma família e num só administrador - mimetizando os seus ancestrais morgados -, adaptando-se à lei e à sociedade procurando a sua cada vez mais difícil conservação. A Casa de Mateus altera a gestão para

uma fundação³¹, permitindo as visitas e a divulgação do seu espólio histórico-familiar, e a Casa da Ínsua adapta-se a uma unidade hoteleira de luxo.

Em quatro séculos poucas gerações nascem e vivem permanentemente nestas grandes casas. Mais do que casas de família, foram casas de aparato, de representatividade e de estatuto familiar, associando-se o nome à casa, a família ao local, na perpétua vontade do instituidor dos seus morgados.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Teresa coord.(2005) - *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*. Mateus: Fundação da Casa de Mateus.

AZEVEDO, Carlos (2008) - *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo (2002) - *Forbes de Portugal e outros mais*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna.

FERREIRA, Pedro Augusto (1915) - *Investigação da Etymologia ou Proveniência dos nomes das nossas povoações*. Vol. 3. Porto: Typographia Pereira.

FRONTEIRA, 7º Marquês de, 1802-1881 (1928-1932) - *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*. Vol. I a V. Coimbra: Impressão da Universidade.

MOURA, Vasco Graça (2008) - *Figuras de Mateus*. Lisboa: Quetzal Editores.

NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes (2004) - *Real Companhia Velha e Câmara Municipal do Porto: um século de direcção comum (1756-1855)*. «Douro: Estudos e Documentos», Vol. I, n.º 17, 135-159. Porto: Universidade do Porto, GEHVID-Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, p.135-159.

VEIGA, Ana Motta, outros (2012) - *Questões de sucessão: a extinção do morgadio e a importância das fundações para a salvaguarda patrimonial*. In TRIGUEIROS, Conceição, coord. - *Palcos da Arquitectura*, vol. II. Lisboa: Ed. Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, p. 302-310.

VALENTE, Vasco Pulido (1979) - *O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809*. «Análise Social», vol. XV (57). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, p. 7-48.

³¹ VEIGA, 2014: 302-310. Sobre a relação de continuidade do antigo morgado no actual modelo de Fundação.

VASCONCELOS, Manuel Rosado Marques de Camões e (1948) - *Albuquerque da Beira. Subsídios para a sua Genealogia*. Lisboa: Oficina Gráfica de Ramos Afonso & Moita, Lda.

VITERBO, Sousa (1909) - *A Jardinagem em Portugal*. Coimbra: Imp. Da Universidade.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1799) - *Elucidario das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Tomo II, G-Z. Lisboa: Typographia Regia Silviana.

Fontes

Arquivo Municipal do Porto, Licença de obra n.º156/1859.

Arquivo Municipal do Porto, Licença de obra n.º486/1860.

Torre do Tombo, Condes de Linhares, mç 88/27.

Sites da internet

Disponível em:

<<http://www.casadainsua.pt/UPLOADS/HISTORIA/ROTEIROS/07%20Casa%20da%20Insua%20Roteiro%20Jardins.pdf>>. [Acedido em 10/09/2013].